



**CÂMARA**  
MUNICIPAL DE  
**JUQUITIBA**

**MAÍRA PIGOSSO VICTOR VIEIRA**, Vereadora desta Augusta Casa de Leis, no uso de suas atribuições legais, observando as normas regimentais, apresenta ao Soberano Plenário:

**PROJETO DE LEI Nº 09/2025 DO PODER LEGISLATIVO**

**“DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE CARTAZES INFORMATIVOS SOBRE OS CANAIS DE DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS DO MUNICÍPIO”.**

**Art. 1º** Fica obrigatória, no âmbito do Município de Juquitiba, a afixação de cartazes informativos sobre os canais de denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes, contendo, no mínimo, o número do Disque 100 e os contatos do Conselho Tutelar local.


**Art. 2º** Os cartazes deverão ser afixados em local visível ao público nas escolas, unidades básicas de saúde, repartições públicas, terminais de transporte, centros comunitários, igrejas e estabelecimentos comerciais.

**Art. 3º** Os modelos dos cartazes poderão seguir os padrões disponibilizados pelo Governo Federal ou Estadual, podendo ser regulamentados por ato do Poder Executivo.

**Art. 4º** O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator a advertência e, em caso de reincidência, a multa, conforme regulamentação.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Plenário Padur Abes, 30 de abril de 2025**

  
**MAÍRA PIGOSSO VICTOR VIEIRA**  
(Maíra Vieira)  
Vereadora



**CÂMARA**  
MUNICIPAL DE  
**JUQUITIBA**

## **JUSTIFICATIVA**

A visibilidade dos canais de denúncia é uma ferramenta essencial para facilitar o acesso das vítimas e testemunhas às autoridades competentes. Tornar obrigatória a afixação dessas informações contribui significativamente para a prevenção e combate à violência sexual infanto-juvenil.

Esta norma está plenamente inserida na competência do Município de legislar sobre interesse local, não gera despesas ao Poder Executivo e reforça o papel do Município na rede de proteção. A disponibilização de informações sobre como denunciar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em locais de grande circulação pública é uma estratégia fundamental para:

Facilitar o acesso à denúncia


Aumentar o número de casos reportados

Criar uma cultura de vigilância coletiva

Demonstrar o compromisso da sociedade com a proteção infantil

A norma está inserida na competência do Município e não gera despesas ao Executivo.

**Plenário Padur Abes, 30 de abril de 2025**

  
**MAÍRA PIGOSSO VÍCTOR VIEIRA**  
(Maíra Vieira)  
Vereadora